

SUMÁRIO

Abreviatura utilizadas	11
Introdução	13
Capítulo 1 — Aspectos históricos da prescrição e a compreensão da pretensão	17
1.1. Definição de prescrição	19
1.2. A prescrição como exceção e a técnica de encobrimento	22
1.3. Compreendendo a pretensão	28
Capítulo 2 — A posição científica da prescrição intercorrente	37
2.1. Na Teoria Geral do Direito	38
2.2. Na Teoria Geral do Processo	39
2.3. Conceito de prescrição intercorrente	41
2.3.1. Prescrição intercorrente em fase de conhecimento: uma proposta <i>de lege ferenda</i>	43
2.4. Distinção com a pretensão executória	48
2.5. Prova da prescrição intercorrente	49
2.6. Interrupção da prescrição intercorrente	50
Capítulo 3 — O regime jurídico da prescrição	54
3.1. Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	54
3.2. Direito Civil e Processual Civil	59
3.3. Direito Penal e Processual Penal	65
3.4. Direito Tributário: material e processual	67
Capítulo 4 — Análise da prescrição intercorrente à luz da doutrina processual do trabalho	70
Capítulo 5 — As recentes alterações legislativas	77
5.1. EC n. 28/00 — Trabalhadores rurais	78
5.2. Lei n. 10.406/02 — Código Civil — Prazos das demandas	79
5.3. Lei n. 11.051/04 — Prescrição intercorrente na LEF/CLT	79
5.4. Lei n. 11.280/06 — CPC — Conhecimento de ofício da prescrição	80

Capítulo 6 — Os efeitos da Emenda Constitucional n. 45/04	82
Capítulo 7 — O tratamento doutrinário da prescrição intercorrente após a revisão constitucional	85
Capítulo 8 — A compreensão sumular e os valores postos para harmonização dos verbetes prescricionais com o processo constitucionalizado	90
8.1. Modelos estatais: liberal, social e democrático de direito e a função do Poder Judiciário em cada um deles	97
8.2. A controvertida legitimidade sumular e aspectos do contraditório	100
8.3. Atuação sumular	105
Capítulo 9 — Análise da prescrição intercorrente à luz da jurisprudência processual trabalhista	115
9.1. Supremo Tribunal Federal	116
9.2. Tribunal Superior do Trabalho	120
9.2.1. Acolhimento expresso da prescrição intercorrente pelo TST	127
9.2.2. Acolhimento tácito da prescrição intercorrente pelo TST	127
9.3. Admissão integral da prescrição intercorrente em TRT	131
9.4. Admissão parcial da prescrição intercorrente em TRT	133
9.5. Admissão da prescrição intercorrente em outros Tribunais	135
Capítulo 10 — Prescrição intercorrente trabalhista no direito comparado	138
10.1. Argentina	138
10.2. Estados Unidos	144
10.3. França	145
10.4. Itália	146
10.5. Portugal	147
10.6. Venezuela	148
Capítulo 11 — Prazos para reconhecimento da prescrição intercorrente	150
11.1. Demandas trabalhistas <i>stricto sensu</i>	156
11.2. Demandas civis de competência da Justiça do Trabalho	156
Conclusão	157
Referências Bibliográficas	161